

# A ATUAÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE OIAPOQUE NA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE MENTAL NA FRONTEIRA BRASIL-GUIANA FRANCESA

Débora Kriscia Penna Batista, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá (PPGEF/UNIFAP),  
e-mail: [deborakpbatista@gmail.com](mailto:deborakpbatista@gmail.com)

Linara Oeiras Assunção, Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá (PPGEF/UNIFAP), e-mail: [linara@unifap.br](mailto:linara@unifap.br)

**Palavras-chave:** Atenção Psicossocial Transfronteiriça; Governança em Saúde Mental; Vulnerabilidades Socioterritoriais.

**1 INTRODUÇÃO:** A fronteira Brasil-Guiana Francesa constitui um território de intensas trocas socioculturais, marcada por mobilidade constante, desigualdades estruturais e vulnerabilidades específicas. Nesse cenário, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Oiapoque emerge como o principal dispositivo da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), responsável por materializar a Política Nacional de Saúde Mental em um ambiente transfronteiriço complexo (Brasil, 2001). Sua atuação envolve o atendimento a grupos diversos, como migrantes, trabalhadores transfronteiriços, povos tradicionais e mulheres expostas a múltiplas formas de violência, o que confere ao serviço um papel estratégico na mediação entre território, cuidado e política pública. Esta pesquisa integra recorte de uma investigação maior, em andamento, no Mestrado Profissional do PPGEF/UNIFAP, sobre o “Funcionamento da Rede de Atenção Psicossocial na Fronteira Brasil-Guiana Francesa”. Tem como objetivo geral investigar de que maneira o CAPS de Oiapoque contribui para a efetivação da política pública de saúde mental no contexto fronteiriço Brasil-Guiana Francesa. Como objetivos específicos, propõe-se a: mapear e caracterizar as ações desenvolvidas pelo CAPS no atendimento à população local e migrante; e identificar e examinar os desafios institucionais que incidem sobre a execução da política de saúde mental no território transfronteiriço. Ao compreender o CAPS como um ator-chave na mediação entre território e políticas públicas, busca gerar evidências que fortaleçam a RAPS na região de fronteira, iluminando tanto as potencialidades quanto as limitações existentes para a oferta de cuidado integral e atenção psicossocial no extremo norte

do Amapá e do país. **2 METODOLOGIA:** A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter descritivo-exploratório (Gil, 2023), mobiliza revisão bibliográfica, análise documental e tratamento dos dados com base na análise de conteúdo de Bardin (2011), organizada nas categorias: práticas de cuidado, desafios e estratégias institucionais. **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A atuação do CAPS de Oiapoque segue os princípios da Reforma Psiquiátrica e as diretrizes da RAPS (Amarante e Nunes, 2018; Brasil, 2001; 2011), mas, no contexto de fronteira, esses referenciais assumem configurações particulares, marcadas por vulnerabilidades sociais, intensa mobilidade internacional e fragilidades estruturais. Malafaia (2019), Mendes (2018) e Santos-Melo *et al.* (2023) demonstram que os territórios fronteiriços apresentam desafios específicos, como fluxos contínuos de pessoas, diversidade linguística e cultural e desigualdades socioeconômicas profundas, fatores que pressionam os serviços de saúde, especialmente a atenção psicossocial. Embora classificado como CAPS I, modelo pensado para municípios de pequeno porte e atendimentos diurnos, em Oiapoque, o serviço enfrenta demandas superiores à capacidade instalada devido à dinâmica transfronteiriça. Entre os principais desafios identificados estão: insuficiência e rotatividade de profissionais, sobrecarga de demanda, barreiras linguísticas e culturais, além da ausência de protocolos binacionais de referência e contrarreferência. Apesar disso, o CAPS I de Oiapoque tem implementado estratégias relevantes, como a articulação com outras unidades da RAPS, ações comunitárias e de prevenção ao suicídio, fortalecimento de vínculos territoriais e iniciativas intersetoriais de apoio psicossocial. Sua atuação ultrapassa o caráter assistencial, posicionando o serviço como mediador das políticas públicas de saúde mental no território. Esses achados dialogam com a literatura sobre governança transfronteiriça, Pêgo (2021) e Nunes *et al.* (2022) destacam que a efetividade das políticas de saúde mental depende de arranjos que superem limites administrativos e avancem para modelos de cooperação internacional capazes de assegurar a continuidade do cuidado. **4 CONCLUSÃO:** Os achados preliminares demonstram que a coordenação contínua e a cooperação entre serviços são fundamentais para assegurar cuidado integral, prevenção e proteção social no contexto Brasil-Guiana Francesa. Nesse sentido, destaca-se a importância de fortalecer a participação municipal em iniciativas previstas nos acordos Brasil-França, bem como a ampliação de ações conjuntas, já visíveis na Semana de Saúde na Fronteira (Brasil, 2025), que tem incorporado a pauta da saúde mental com trocas técnicas, capacitações e estratégias binacionais envolvendo CAPS, DEPAC Fronteira e Casa da Mulher Brasileira. Em regiões fronteiriças, onde a mobilidade populacional, a diversidade linguística e as vulnerabilidades são intensificadas, o CAPS destaca-se pela capacidade de articular setores, integrar serviços e impulsionar respostas intersetoriais, reforçando seu papel estratégico na governança local da saúde mental.

## REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica de Oliveira. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 2067-2074, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.07082018>. Acesso em: 17 nov. 2025.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1ª ed. São Paulo: Almedina, 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 10 abr. 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110216.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm). Acesso em: 17 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: MS, 2011. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html). Acesso em: 17 nov. 2025.

BRASIL. Secretaria de Estado da Saúde do Amapá. Agência Regional de Saúde da Guiana Francesa. França. **Editais da Semana de Saúde Transfronteiriça**. Macapá/Saint-Georges, 2025. Documento Oficial.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

MALAFAIA, D. B. **Cooperação Internacional Transfronteiriça em Saúde: caminhos institucionais e os arranjos locais de interação entre o Amapá e a Guiana Francesa (1996–2018)**. Orientador: Gutemberg de Vilhena Silva. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Macapá, 2019.

MENDES, Lise Maria Carvalho (Org.) **Promoção da saúde no contexto fronteiriço**. Macapá: UNIFAP, 2018. Disponível em: <https://www2.unifap.br/editora/files/2019/02/Promocao-da-saude-no-contexto-fronteirico.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2025.

NUNES, Maria; GALINDO, Ernesto; GATTI, Flávio. Iniciativas de cooperação transfronteiriça em matéria de saúde. Boletim Regional, Urbano e Ambiental, Brasília, n. 27, p. 121-128, jan./jun. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua27art9>. Acesso em: 17 nov. 2025.

PÊGO, Bolivar (Coord.). **Fronteiras do Brasil: referências para a formulação de políticas públicas**, vol. 6. Brasília: Ipea, MI, 2021. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/210602\\_livro\\_frenteira\\_do\\_brasil\\_vol\\_6.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/210602_livro_frenteira_do_brasil_vol_6.pdf). Acesso em: 17 nov. 2025.

SANTOS-MELO, Giane Zupellari *et al.* Importância e desafios da vigilância em saúde em uma região de fronteira internacional: um estudo de caso. **Saúde e Sociedade**, v. 32, n. 3, e220433pt, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023220433pt>. Acesso em: 17 nov. 2025.